

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO NORMATIVO Nº 292/2022

Regulamenta a substituição entre as Promotorias de Justiça de Juazeiro do Norte.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, na forma do art. 127, § 2º da Constituição Federal c/c o art. 10, inciso V, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de dezembro de 1993 e as disposições contidas no art. 26, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará);

CONSIDERANDO que os critérios de substituição automática entre as Promotorias de Justiça de Juazeiro do Norte estão disciplinados na Resolução nº 22/2015 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;

CONSIDERANDO a recente criação da 17ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte pela Lei Estadual nº 17.912, de 11 de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO as Resoluções de ns. 01/2022 e 03/2022 do Tribunal Pleno do TJCE que instituiu os Núcleos Regionais de Custódia e alterou a competência de várias unidades judiciárias no interior do Estado do Ceará, inclusive na Comarca de Juazeiro do Norte;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos de substituição dos referidos órgãos de execução, contemplando todos os órgãos de execução que atuam em Juazeiro do Norte;

CONSIDERANDO que compete ao Procurador-Geral de Justiça praticar atos e decidir questões relativas à administração geral do Ministério Público, incluindo a definição dos critérios de substituições entre membros do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º Este Ato Normativo regulamenta os critérios de substituição automática entre as Promotorias de Justiça de Juazeiro do Norte.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 2º Para fins de substituição, as Promotorias de Justiça da Comarca de Juazeiro do Norte são agrupadas nos seguintes Grupos por natureza da atribuição:

I – Grupo da seara criminal: 1ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 4ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 6ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 9ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 14ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte e 17ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte;

II – Grupo da seara cível: 2ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 7ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 13ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, 15ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte e 16ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte.

Art. 3º. No que diz respeito às Promotorias de Justiça integrantes do “Grupo da seara criminal”, a substituição automática nas hipóteses de vacância, férias, afastamentos, impedimentos, suspeições, licenças e folgas, seguirá, prioritariamente e ressalvado o disposto no art. 5º., §3º. deste Ato, a seguinte regra:

- I – a 10ª. será substituta automática da 6ª.;
- II – a 12ª. será substituta automática da 10ª.;
- III – a 6ª. será substituta automática da 12ª.;
- IV – a 4ª. será substituta automática da 1ª.;
- V – a 9ª. será substituta automática da 4ª.;
- VI – a 11ª. será substituta automática da 9ª.;
- VII – a 14ª. será substituta automática da 11ª.;
- VIII – a 17ª. será substituta automática da 14ª.;
- IX – a 1ª. será substituta automática da 17ª.

Art. 4º. No que diz respeito às Promotorias de Justiça integrantes do “Grupo da seara cível”, a substituição automática nas hipóteses de vacância, férias, afastamentos, impedimentos, suspeições, licenças e folgas, seguirá, prioritariamente e ressalvado o disposto

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

no art. 5º, §3º. deste Ato, a seguinte regra:

- I – a 5ª. e a 8ª. se substituirão entre si;
- II – a 15ª. e a 16ª. se substituirão entre si;
- III – a 3ª. será substituta automática da 2ª.;
- IV – a 7ª. será substituta automática da 3ª.;
- V – a 13ª. será substituta automática da 7ª.;
- VI – a 2ª. será substituta automática da 13ª.

Art. 5º. Na hipótese de ser inviabilizada a primeira substituição automática, prevista nos artigos anteriores, em razão de grande acúmulo de serviço ou outra impossibilidade devidamente justificada, a Secretaria Geral buscará o membro para atuar em substituição a partir da seguinte ordem de preferência:

- I. membro titular que atua dentro do mesmo “Grupo por natureza de atribuição” e cuja Promotoria de Justiça tem a numeração imediatamente posterior à da Promotoria onde se dará a substituição;
- II. demais membros titulares inseridos no mesmo “Grupo por natureza de atribuição”, na ordem crescente do número da Promotoria;
- III. membro titular de Promotoria integrante do outro “Grupo por natureza de atribuição”, na ordem crescente do número da Promotoria;
- IV. membro titular com atuação na mesma seara (criminal ou cível) da comarca de entrância final contígua à Juazeiro do Norte, na ordem crescente do número da Promotoria;
- V. membro titular sem atuação na mesma seara (criminal ou cível) da comarca de entrância final contígua à Juazeiro do Norte, na ordem crescente do número da Promotoria;
- VI. membro titular de comarca de entrância inicial ou intermediária contígua à Juazeiro do Norte, na ordem crescente do número da Promotoria;
- VII. membro titular de comarca de entrância inicial ou intermediária mais próxima à Juazeiro do Norte, na ordem crescente do número da Promotoria;

§ 1º Na hipótese dos itens II e III, a busca será orientada pela ordem crescente das

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Promotorias do Grupo, mas contando-se a partir da numeração da Promotoria onde se dará a substituição;

§ 2º No contexto trazido pelo parágrafo anterior, em caso de impossibilidade de substituição até o final da lista do Grupo, a busca será reiniciada a partir da Promotoria de numeração mais baixa do mesmo Grupo;

Art. 6º Na impossibilidade de aplicação dos critérios previstos neste Ato Normativo, o substituto será designado por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 7º Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário, em especial o Ato Normativo nº 205/2021.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, em 13 de junho de 2022.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Manuel Pinheiro Freitas

Procurador-Geral de Justiça

*Publicado no DOEMPCE em 13/06/2022.